



TERMO DE CONTRATO Nº 008/2019

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 008/2019, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO PARANÁ E A EMPRESA OI S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

A União, por intermédio da Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Paraná, com sede na Rua José Loureiro, 574, na cidade de Curitiba / Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 37.115.367/0022-95, neste ato representada pelo Superintendente Regional do Trabalho PAULO ALBERTO KRONÉIS, nomeado(a) pela Portaria nº 906, de 01 de novembro de 2018, publicada no DOU de 05 de novembro de 2018, apostilado pela Portaria DGP Nº 74, de 30/01/2019, publicada no BPS Nº 20.1 Especial, de 30/01/2019 com poderes determinados pela Portaria nº 1.151, de 30/10/2017, publicada no DOU de 13/11/2017, portador da matrícula funcional nº [REDACTED], inscrito no CPF nº [REDACTED], portador da Carteira de Identidade nº 3.377.488-5/SSP-PR, doravante denominada CONTRATANTE, e a OI S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0001-43, sediada na Rua do Lavradio, 71, 2º Andar, Centro, CEP. 20.230-070, em Rio de Janeiro/RJ, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. DAVI DE OLIVEIRA BERTUCCI, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/DF, e CPF nº [REDACTED] e pelo Sr. CARLOS ALBERTO DA COSTA BARBOSA, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/DF, e CPF nº [REDACTED], tendo em vista o que consta no Processo nº 46352.000103/2018-18 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 005/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC nas modalidade Local e Longa Distância Nacional para atender a Superintendência Regional do Trabalho no Paraná e suas unidades administrativas descentralizadas, mediante o fornecimento de acessos telefônicos individuais com conectividade à rede pública de telefonia e com funcionalidades adicionais de CPCT – Central Privativa de Comutação Telefônica, com a execução mediante o regime de empreitada global, visando atender às necessidades da SRTb/PR, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

GRUPO 2 - SERVIÇO LOCAL DEMAIS MUNICÍPIOS

Itens	Descrição	Unidade	Estimativa	Estimativa	Valor	Valor	Valor
-------	-----------	---------	------------	------------	-------	-------	-------

			Mensal	Anual	Unitário (R\$)	Mensal (R\$)	Anual (R\$)
5	Instalação - Taxa	Unidade	110	110	11,43	-	1.257,30
6	Assinatura Básica (PABX Virtual)	Unidade	110	1320	66,40	7.304,00	87.648,00
7	Fixo-Fixo Local	Minutos	20.000	240.000	0,09	1.800,00	21.600,00
8	Fixo-Móvel Local	Minutos	3.000	36.000	0,71	2.130,00	25.560,00
Valor Mensal (6+7+8)							11.234,00
Total Taxa de Instalação (5)							1.257,30
Valor Total Anual							136.065,30

GRUPO 3 - SERVIÇO DE LONGA DISTÂNCIA FIXO-FIXO E FIXO-MÓVEL

Itens	Descrição	Unidade	Estimativa Mensal	Estimativa Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
9	Fixo-Fixo Intra-Região	Minutos	4.000	48.000	0,41	1.640,00	19.680,00
10	Fixo-Fixo Inter-Região	Minutos	300	3.600	0,41	123,00	1.476,00
11	Fixo-Móvel VC-2	Minutos	400	4.800	1,34	536,00	6.432,00
12	Fixo-Móvel VC-3	Minutos	100	1.200	1,34	134,00	1.608,00
Valor Mensal (9+10+11+12)							2.433,00
Valor Total Anual							29.196,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de **01/11/2019** e encerramento em **31/10/2020**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

- 2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 13.667,00 (treze mil seiscentos e sessenta e sete reais), perfazendo o valor total de R\$ 164.004,00 (cento e sessenta e quatro mil quatro reais) e o valor correspondente a taxa de instalação de R\$ 1.257,30 (um mil duzentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 380944

Fonte: 0180570001

Programa de Trabalho: 11.122.2110.4815.0001 – Funcionamento das Unidades Descentralizadas – Nacional

Elemento de Despesa: 3339039-58

PI: 9.4815.4.44.211

- 4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

- 5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

- 6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8.

- 8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência,

anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2017.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Curitiba/PR - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, é lavrado o presente Termo de Contrato, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Curitiba/PR, 30 de outubro de 2019.

Documento assinado eletronicamente

PAULO ALBERTO KRONÉIS

Representante legal da CONTRATANTE

Documento assinado eletronicamente

OI S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Representantes legais da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Documento assinado eletronicamente

ROSIANI DA CRUZ CARNEIRO RAK

Documento assinado eletronicamente

CLEBER ROBERTO RODRIGUES COSTA



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Alberto Kronéis, Superintendente**, em 30/10/2019, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Cleber Roberto Rodrigues Costa, Administrador(a)**, em



30/10/2019, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosiani da Cruz Carneiro Rak, Administrador(a)**, em 30/10/2019, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Davi de Oliveira Bertucci, Usuário Externo**, em 31/10/2019, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO DA COSTA BARBOSA, Usuário Externo**, em 01/11/2019, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4735037** e o código CRC **C64922B5**.

Comissão Permanente de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Contrato - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação de mão de obra exclusiva
Atualização: Dezembro/2018

Referência: Processo nº 46352.000103/2018-18.

SEI nº 4735037